



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002349-17.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Colégio Cecilia Meireles S/s Ltda - Epp**
 Requerido: **Haroldo Alvares de Oliveira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

COLÉGIO CECILIA MEIRELES S/S LTDA - EPP, devidamente qualificado nos autos ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA em face de HAROLDO ALVARES DE OLIVEIRA e MARA SILVIA BELASALMA DE OLIVEIRA, igualmente qualificados, alegando, em síntese, que é credor dos réus na importância de R\$ 5.886,99, referente ao contrato de prestação de serviços educacionais, firmado em 13.02.2012, para que Gabriel Belasalma de Oliveira, filho dos réus, frequentasse as aulas do 9º ano do ensino fundamental no ano de 2012.

Juntou documentos (fls. 9/21).

Decisão às fls. 73 determinou que os réus regularizassem a representação processual.

É uma síntese do necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A procedência do pedido é de rigor.

Intimados (fls. 69), os réus deixaram de regularizar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

representação processual (fls. 50), operando-se os efeitos da revelia nos termos do art. 76, § 1º, II do NCPC.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do NCPC e a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO os réus ao pagamento da quantia de R\$ 5.886,99 com correção monetária pela tabela do TJSP, juros moratórios de 1%, incidentes a partir da data do cálculo elaborado, mais multa de 2% ao mês.

Condeno ainda os réus ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**